



Galvêas: "Não adianta dizer que o Brasil não aceita viver com as imposições que vêm de fora e nem conviver com a recessão, porque esta é a realidade".

# O INPC

## Mudança no índice? Só passando por cima do PDS.

O vice-líder do governo no Senado, Carlos Chiarelli (PDS-RS), explicou ontem em Brasília que seu partido continua com a mesma posição defendida pelo colégio de líderes durante a reunião da semana passada com os ministros da área econômica, na véspera da edição do pacote:

— Para expurgar apenas os salários, o governo terá de passar por cima do PDS.

Segundo Chiarelli, o colégio de líderes se manifestou inteiramente contrário a modificações no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), não havendo motivos para mudar de opinião, pois permanecem as mesmas condições que motivaram essa posição dos pedessistas.

Pessoalmente, o senador está convencido de que o governo não adotará a desindexação, "porque, durante nossa última reunião, o ministro Delfim Neto afirmou que isso seria uma loucura".

Já o líder do governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), afirmou que as novas medidas econômico-financeiras virão na próxima semana, após encontro do ministro Delfim Neto com a bancada do seu partido.

De sua parte, a presidenta nacional do PTB, Ivete Vargas (SP), disse que "não pode haver desindexação total sem deixar para o fim a desindexação dos salários, que são a parte mais fraca e sem que se procure, dentro da crise, dar compensações aos trabalhadores".

O deputado Gastone Righi (PTB-SP) comentou que "o ideal é a desindexação total, não somente dos salários, mas também das ORTN, das prestações do Sistema Financeiro da Habitação, dos preços e dos juros".

Na Câmara, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), protestando contra o possível expurgo do INPC para reduzir as correções salariais, afirmou:

— O único expurgo que admitimos é o da equipe econômica que dirige o governo brasileiro.

O deputado destacou que o governo "não tem o direito de enfrentar a crise às custas dos assalariados, a partir das imposições do FMI".

Por outro lado, foi adiada para a próxima

## Nova idéia para reformar os índices de preços

Apenas um índice para corrigir toda a economia do País é o que quer o presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Nelson da Matta, que defendeu ontem no Rio a utilização do INPC com esse propósito. Mas recomendou um critério exclusivo para a política cambial, para que a Economia tenha "estabilização horizontal dos índices".

— O governo deve administrar as carteiras de títulos com correção cambial, para também bancar as flutuações internas do dólar".

Mesmo assim, Nelson da Matta considerou um bom começo a proposta do governo de expurgar os índices corretivos dos vários tipos de investimentos financeiros, medida que funcionará no sentido de preservar o equilíbrio desses mesmos investimentos.

No entanto, criticou duramente a proposta de aplicação do expurgo apenas no INPC, por entender que os salários vêm sendo expurgados há algum tempo, na medida em que, nas diferentes faixas salariais, o índice é reduzido. Segundo esclareceu, "está-se destruindo o poder de compra da sociedade brasileira, e se isso continuar acabaremos não precisando produzir, pois não teremos para quem vender".

Nelson da Matta achou, inclusive, que a substituição do INPC pela livre negociação salarial entre empregado e empregador, "é uma proposta perversa para o trabalhador, que vive forte período de recessão". Explicou que a liberdade no contrato de reajustes salariais só funciona numa economia estável e com outras formas de defesa para o trabalhador, "como o direito de greve, que no Brasil deve ser regulamentado devidamente".

### SFH é eficiente

Essa destruição do poder aquisitivo do assalariado, principalmente da classe mé-

dia, foi apontada pelo presidente da Abecip como o principal responsável pelas dificuldades enfrentadas pelos mutuários da casa própria. Mas considerou que as recentes medidas anunciadas pelo Banco Nacional da Habitação impediram o agravamento da situação, porque foram oferecidas ao mutuário oportunidades de voltar a 25% o comprometimento da sua renda em relação à prestação do imóvel.

Nelson da Matta reconheceu, porém, que, "enquanto não se resolver o problema maior, que é a estabilidade da economia, serão extremamente temporários todos os esforços no sentido de preservar o Sistema Financeiro da Habitação, o mais eficaz instrumento criado no Brasil nos últimos 20 anos".

Para o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamentos (Adecif), Germano Lira, a situação atual da economia brasileira e a maneira como as autoridades estão adotando medidas para a sua recuperação "só deixam no seio da sociedade a sensação de perplexidade, como a proposta de expurgos nos índices, que ninguém ainda explicou porque deve ser feita e como será feita".

Na sua opinião, a desindexação "é o mais recente bode expiatório para justificar a situação atual, a exemplo do que ocorreu com salários, preços do petróleo, déficit público e outros". Segundo Germano Lira, o recente "pacote" de medidas econômicas em nada afetará as financeiras, uma vez que não tiveram redução do Imposto sobre Operações Financeiras e receberam o adicional de 10% do Imposto de Renda na fonte que permite ganhos nas letras de câmbio para os aplicadores. "Desta forma, pelo menos nos próximos 120 dias, nada indica que as taxas de juros das financeiras saiam da atual tendência de baixa", disse.

### As multinacionais

Não são os sindicatos, mas, antes, as empresas multinacionais que se opõem ao estabelecimento da livre negociação entre empregados e empregadores, para os reajustamentos salariais, segundo revelou ontem o senador Roberto Campos (PDS-MT), que disse ao plenário do Senado ter obtido essa informação numa conversa com os ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda.

Segundo essa versão, as multinacionais temem que, numa livre negociação, as reivindicações salariais acabem transformando-se numa controvérsia carregada de nacionalismo. Por isso, elas preferem as regras atuais, que encaminham os reajustes com base nos índices oficiais, no caso os do INPC.

Campos transmitiu a informação quase no final da sessão de ontem, depois de ouvir um discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que condenara as decisões do governo relativas ao expurgo de alguns componentes dos índices oficiais para reajustes de salários.